

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2015
(Do Sr. Fernando Francischini)**

Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque, **para acareação**, os senhores **João Vaccari Neto** (como acusado), ex-tesoureiro do PT, **Carlos Alberto Pereira da Costa** (como testemunha), advogado, e o ex-gerente de Novos Negócios da Petros, **Humberto Pires Gault Vianna de Lima** (como acusado), para que esclareçam o pagamento de propina em negócios envolvendo o fundo de pensão Petros com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa do doleiro Alberto Youssef.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado, a fim de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os fundos de pensão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

JUSTIFICAÇÃO

Em depoimento à Polícia Federal (PF), o advogado Carlos Alberto Pereira Costa, um dos principais auxiliares de Youssef, afirmou que entre 2005 e 2006 Vaccari frequentou regularmente a empresa do doleiro em São Paulo para tratar de negócios com fundos de pensão com um operador do doleiro. A CSA Project Finance - empresa que estava no nome do advogado, mas era controlada por Youssef - intermediou a venda de títulos de uma indústria de Barra Mansa, no interior do Rio, para a Petros.

Carlos Alberto afirmou em seu depoimento que o investimento foi de R\$ 13 milhões - só de propina foi pago R\$ 500 mil e um dos beneficiários era o ex-gerente de Novos Negócios da Petros, Humberto Pires Gault Vianna de Lima.

Para ilustrar esses acontecimentos, colacionamos, a seguir, matérias retiradas dos sítios *Gazeta do Povo* e *O GLOBO*.

Réu liga tesoureiro do PT a grupo de doleiro

Num depoimento prestado à Polícia Federal, um dos integrantes do esquema investigado na Operação Lava Jato afirmou que o secretário nacional de finanças do PT, João Vaccari Neto, era um dos contatos de fundos de pensão com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro Alberto Youssef usou para lavar R\$ 1,16 milhão do Mensalão, segundo a PF.

"João Vaccari esteve várias vezes na sede da CSA, possivelmente a fim de tratar de operações com fundos de pensão com Cláudio Mente", relatou o advogado de Carlos Alberto Pereira da Costa, apontado como laranja de Youssef e do ex-deputado federal José Janene (morto em 2010).

Preso desde março pela Lava Jato, ex-sócio da CSA Project, situada em São Paulo, decidiu colaborar espontaneamente com as investigações em troca de eventual benefício judicial.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

Ele é réu em duas ações penais, uma sobre supostas remessas fraudulentas do laboratório Labogen para o exterior, outra de lavagem de dinheiro de Janene por investimentos em uma empresa paranaense.

Carlos Alberto foi ouvido no dia 15 na Superintendência Regional da PF no Paraná. A PF, em outro documento, diz haver indício de que Vaccari estaria intermediando negócios de fundos de pensão com a CSA e uma outra empresa ligada ao doleiro, a GFD Investimentos.

Vaccari é réu em ação criminal sobre suposto desvio de R\$ 70 milhões da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). O Ministério Público o denunciou por formação de quadrilha, estelionato e lavagem de dinheiro.

Propina

O colaborador disse que dirigentes da Petros, fundo de pensão da Petrobras, receberam propina para que o fundo fizesse um investimento de interesse do grupo de Youssef, acusado de chefiar esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

Segundo ele, o ex-gerente de Novos Negócios da Petros Humberto Pires Gault foi um dos beneficiários de R\$ 500 mil, que teriam sido pagos como "comissão" para que o fundo de pensão adquirisse entre 2005 e 2006, uma cédula de crédito bancário de R\$ 13 milhões. Gault é ligado ao PT, partido que o teria indicado ao cargo.

A CSA Project, segundo disse, foi responsável pelo contrato com a Petros. A cédula adquirida pelo fundo de pensão referia-se a créditos que a Indústria Metais do Vale (IMV) teria a receber de outra empresa, a Siderúrgica de Barra Mansa (SBM), por um projeto de ferro-gusa.

Carlos Alberto disse que um saque de R\$ 500 mil da IMV foi usado para fazer pagamentos em espécie aos que participaram do negócio. Além de Gault, teriam recebido parte desse dinheiro Cláudio Mente, da CSA, e funcionários da Petros.

Ele contou ter sido informado por Mente que, no fundo de pensão, "seriam beneficiados Humberto Gault e o diretor que estaria acima dele na estrutura da empresa". Disse que não se recorda do nome do outro suposto beneficiário.

Carlos Alberto relata várias operações supostamente ilícitas de empreiteiras com o doleiro Youssef, entre elas contratos sem prestação de serviços. "Em 2012 ou 2013 viajaram a Hong Kong Matheus de Oliveira, Leonardo Meirelles e João Procópio a fim

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

de resolver problemas ligados a abertura de contas; recorda-se de terem sido feito contratos entre a GFD e as empresas Mendes Junior, Sanko e Engevix, também visando a transferências financeiras, sem qualquer prestação de serviços."

Lava-Jato: PF abre inquérito para investigar irregularidades na Petros

Empresa controlada por Youssef teria pago propina a dirigentes do fundo de pensão,



Advogado Carlos Alberto Pereira da Costa foi solto por ter colaborado espontaneamente com as investigações

SÃO PAULO — A Polícia Federal (PF) abriu uma linha de investigação exclusiva para desvendar irregularidades na Petros, fundo de pensão da Petrobras. Com isso, os advogados da estatal pediram a inclusão da empresa como parte interessada no processo para acompanhar as investigações. O tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, é suspeito de intermediar uma reunião entre representantes da um fundo de investimento comandado pelo doleiro Alberto Youssef e a Petros.

Em depoimento à PF em agosto, o advogado Carlos Alberto Pereira Costa, um dos principais auxiliares de Youssef, afirmou que entre 2005 e 2006 Vaccari frequentou regularmente a empresa do doleiro em São Paulo para tratar de negócios com fundos de pensão com um operador do doleiro. A CSA Project Finance — empresa que estava

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

no nome do advogado, mas era controlada por Youssef — intermediou a venda de títulos de uma indústria de Barra Mansa, no interior do Rio, para a Petros.

Carlos Alberto afirmou em seu depoimento que o investimento foi de R\$ 13 milhões - só de propina foi pago R\$ 500 mil a ex-gerentes do fundo. Ele disse ainda que as negociações foram discutidas entre Claudio Mente, que seria sócio de Youssef na CSA, e João Vaccari Neto.

Indagado sobre os encontros quando o depoimento de Costa veio à tona, Vaccari Neto afirmou, em outubro, que era amigo pessoal de Mente e, por isso, esteve na sede da CSA. O tesoureiro do PT, no entanto, negou ter feito qualquer negócio com ele.

Ainda na primeira fase da Operação Lava-Jato, os policiais apreenderam em um dos escritórios do doleiro Alberto Youssef um computador com 12 arquivos de informações dos negócios operados por ele na Petros.

Em nota, a Petros informa que o investimento em IMV seguiu a legislação vigente e passou por análise técnica: contou com rating “A” da Austin Rating, o que representava baixo risco de crédito. O investimento seguiu “as políticas de governança da Fundação na época, tendo passado pelo Comitê de Investimentos, órgão técnico formado por gerentes executivos da Diretoria de Investimentos da Petros, para posterior deliberação da Diretoria Executiva”.

A Petros informa ainda que não recebeu qualquer notificação da Polícia Federal sobre o assunto e, caso receba, prestará todos os esclarecimentos necessários sobre os investimentos em questão.

Assim, faz-se necessária acareação entre os senhores João Vaccari Neto, Carlos Alberto Pereira da Costa e Humberto Pires Gault Vianna de Lima para que esclareçam o pagamento de propina em negócios envolvendo o fundo de pensão Petros com a CSA Project Finance Consultoria

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa do doleiro Alberto Youssef.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2015.

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR